



Previdência Social no 1º Quadrimestre de 2000

Saldo Previdenciário

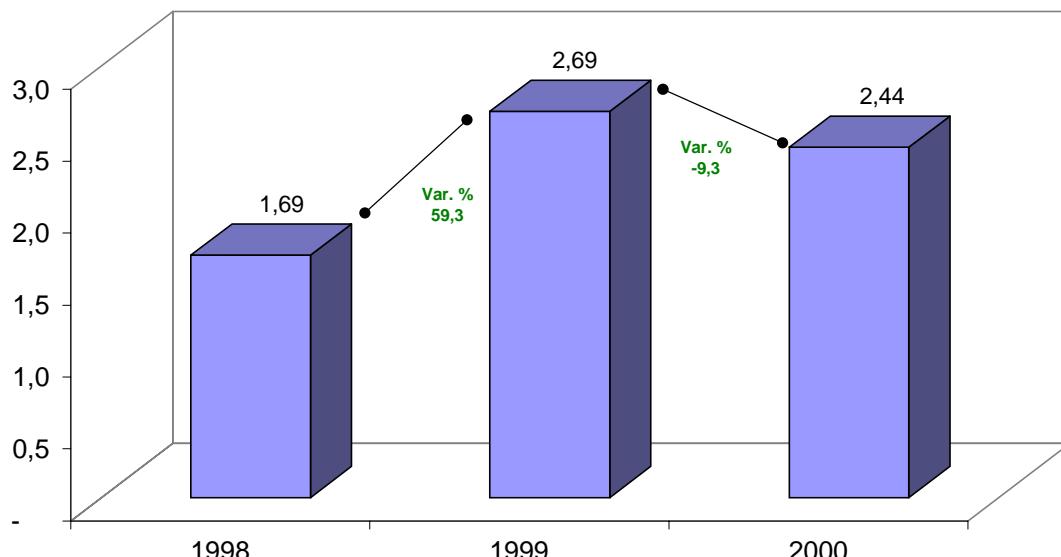
O déficit previdenciário acumulado neste 1º quadrimestre de 2000 foi de R\$ 2,44 bilhões, 9,3% menor do que o verificado no mesmo período do ano passado, como pode ser visto no gráfico 1. Este desempenho é explicado pelo crescimento de 4,8% da arrecadação líquida no período e pela diminuição no ritmo de crescimento da despesa com benefícios, que passou de 5,6% entre o 1º quadrimestre de 1998 e 1999 para 2,7% entre o mesmo período de 1999 e 2000.

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário Acumulado - 1º Quadrimestre (1998 a 2000)						
	- Valores em R\$ milhões de abr/00 (INPC) -					
1º Quadrimestre	Arrec. Líquida	Var. %	Benef. Previd.	Var. %	Saldo	Var. %
1998	15.799,0	-	17.484,7	-	(1.685,6)	-
1999	15.773,7	(0,2)	18.459,0	5,6	(2.685,3)	59,3
2000	16.525,5	4,8	18.961,1	2,7	(2.435,6)	(9,3)

Fonte:INSS

Elaboração: SPS/MPAS

GRÁFICO 1
Evolução do Déficit Previdenciário
Acumulado no 1º Quadrimestre (1998 a 2000)
- Em R\$ bilhões de abr/00 (INPC) -



Fonte:INSS
Elaboração: SPS/MPAS

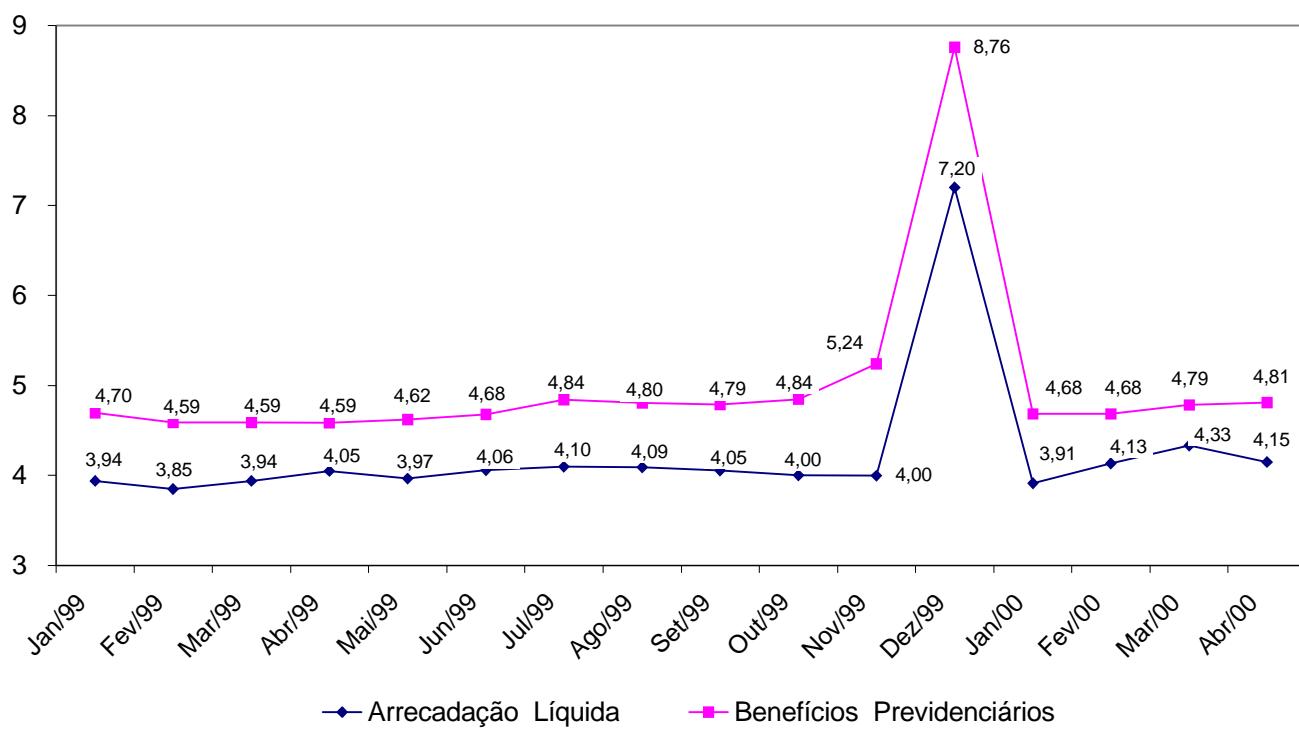
Obs. Toda a análise do texto está baseada em valores deflacionados pelo INPC acumulado até abril de 2000. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.



As medidas de recuperação de crédito vêm se constituindo o principal fator para a melhora do desempenho da Previdência.

Os ganhos de arrecadação neste 1º quadrimestre são provenientes principalmente de medidas de recuperação de crédito, em especial os depósitos judiciais. De acordo com o gráfico 2, a arrecadação líquida mensal nos primeiros meses de 2000, com exceção do mês de janeiro, ficou em um patamar superior à dos últimos meses de 1999 (exceto dezembro, que sofre o impacto do 13º salário). Por sua vez, a despesa com benefícios vem se mantendo, desde março de 2000, no mesmo nível daquela verificada entre os meses de julho-outubro de 1999, período que já incorpora os impactos do aumento do piso previdenciário e demais benefícios e não sofre influência da sazonalidade do pagamento do 13º salário. Este comportamento reflete a contenção do fluxo das aposentadorias por tempo de contribuição verificada desde a reforma constitucional da Previdência.

GRÁFICO 2
Evolução da Arrecadação Líquida e Despesa com Benefícios Previdenciários - Jan/99 a Abr/00 (Em R\$ bilhões de abr/00 - INPC)



Fonte:INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Especificamente neste mês de abril de 2000, o déficit da Previdência foi de R\$ 663,7 milhões, 23,9% superior ao verificado no mesmo mês de 1999. Tal resultado é explicado pela ausência de ingresso de recursos em abril deste ano de algumas medidas de recuperação de

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência e Assistência Social: Waldeck Ornélia • Secretário de Previdência Social: Vinícius Carvalho Pinheiro • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Ricardo de João Braga • Corpo Técnico: Andréa Corrêa Barreto, Rafael Liberal Ferreira de Santana, Renata Mello Baars Miranda, Vera Lúcia Vianna.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

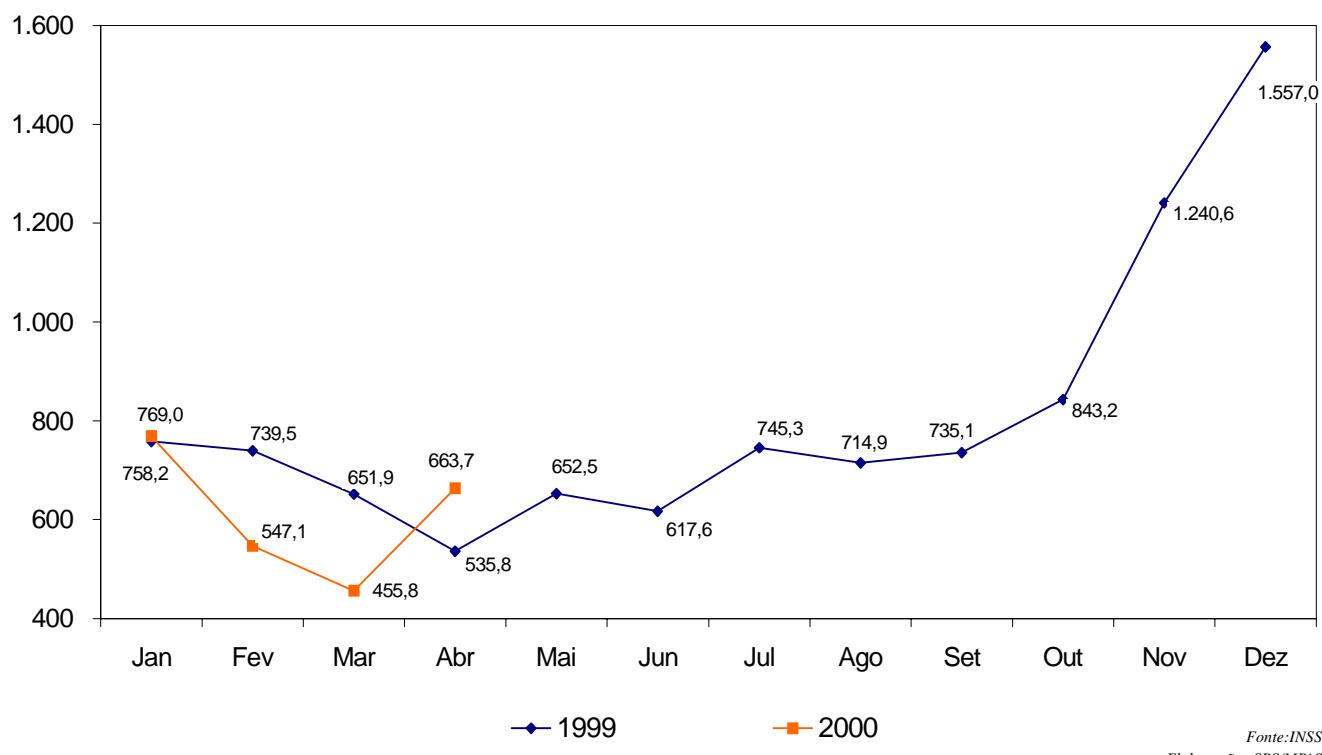
CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel (0 XX 61) 317-5011. Fax (0 XX 61) 317-5408 • e-mail: cgeps.sps@mpas.gov.br



crédito, em especial do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS e do resgate de Certificados da Dívida Pública –CDP. Com relação ao REFIS, existem aproximadamente R\$ 30 milhões represados no Tesouro Nacional que deverão, em algum momento, ingressar no caixa da Previdência. Já com relação aos CDPs, apesar dos leilões realizados nos meses de fevereiro e março, os resgates ocorridos neste 1º quadrimestre resultaram em apenas R\$ 8,9 milhões, e foram referentes a títulos emitidos em leilões de 1999 e de outros títulos referentes às operações diretas. A previsão é de que a partir de junho ingressem recursos referentes aos leilões ocorridos neste ano.

Ainda que o déficit específico de abril de 2000 tenha sido maior do que o verificado em abril de 1999 e também em relação a fevereiro e março deste ano, ele apresenta-se num patamar inferior aos resultados do período julho-outubro de 1999, como pode ser visto no gráfico 3.

GRÁFICO 3
Evolução do Déficit Previdenciário Mensal do INSS (Janeiro a Dezembro de 1999 e 1º Quadrimestre de 2000) - R\$ milhões de abr/00 (INPC) -



Arrecadação

A arrecadação líquida deste 1º quadrimestre de 2000 cresceu 4,8% em relação ao mesmo período de 1999, atingindo o montante de R\$ 16,5 bilhões. Este bom desempenho é fruto principalmente do esforço gerencial da Previdência, que implementou medidas visando a recuperação de créditos de empresas junto ao INSS. Dentre essas medidas, destaque para os depósitos judiciais das empresas que contestaram o levantamento de débito feito pela

O aumento de 4,8% da arrecadação líquida neste 1º quadrimestre deve-se principalmente ao esforço gerencial da Previdência.



fiscalização da Previdência. Acumulados neste 1º quadrimestre, os depósitos judiciais renderam R\$ 421,9 milhões, 83,5% superior ao ingresso do mesmo período de 1999.

A Previdência vem conseguindo também recuperar créditos de hospitais e das universidades através do repasse do Fundo Nacional de Saúde – FNS e do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior – FIES. Nestes primeiros quatro meses de 2000, ingressaram R\$ 11,3 milhões e R\$ 52,3 milhões referentes a débitos de hospitais e universidades junto à Previdência, respectivamente.

Com relação ao Programa de Recuperação Fiscal, o REFIS, até o momento ingressaram apenas R\$ 407 mil. Entretanto, conforme salientado anteriormente, existem ainda cerca de R\$ 30 milhões retidos no Tesouro Nacional, que aguardam a definição dos critérios de rateio da Receita Federal. A expectativa é de que estes recursos ingressem no caixa da Previdência no próximo mês. Vale lembrar que o REFIS deverá trazer impactos positivos também na regularização das contribuições correntes, pois é condição de adesão para as empresas.

A receita acumulada neste 1º quadrimestre foi favorecida também pela quitação de dívidas da ordem de R\$ 41,8 milhões da Fundação IBGE em fevereiro.

Vale destacar o bom desempenho na arrecadação do SIMPLES neste 1º quadrimestre, comparando o mesmo período de 1999. A arrecadação atingiu R\$ 604,6 milhões em 2000, 24,8% superior à verificada nos quatro primeiros meses de 1999 (R\$ 485,1 milhões).

Além das medidas de recuperação de crédito, outras medidas implementadas na área de arrecadação vêm apresentando bons resultados, em especial a sub-rogação do recolhimento previdenciário de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra e a cobrança de contribuições sociais pela Justiça do Trabalho.

Desde que a medida foi implementada, em março de 1999, até este mês de abril, a sub-rogação já rendeu à Previdência R\$ 3,1 bilhões. Especificamente no 1º quadrimestre de 2000, a receita oriunda da sub-rogação foi de R\$ 1,0 bilhão, um incremento de R\$ 192,7 milhões (23,2%) em relação ao mesmo período de 1999.

A receita proveniente da cobrança de contribuições sociais pela Justiça do Trabalho rendeu ao INSS R\$ 159,1 milhões neste 1º quadrimestre. Desde que foi implementada, em junho de 1999, ingressaram R\$ 406 milhões relativos a esta medida.

Outra medida que resultou em impactos positivos na receita previdenciária foi a nova sistemática financeira referente à concessão do salário-maternidade. Após a implementação da medida, todos os benefícios passaram a ser concedidos e pagos pelo INSS, o que eliminou a possibilidade das empresas pagarem o salário-maternidade e descontarem este valor de sua contribuição patronal. Assim, neste 1º quadrimestre de 2000, houve uma elevação da ordem de R\$ 96,3 milhões da contribuição das empresas em relação ao período da antiga sistemática.

Com relação às transferências da União, foram repassados ao INSS neste 1º quadrimestre de 2000 R\$ 4,6 bilhões, um incremento da ordem de 75% em relação ao mesmo período de 1999. Este aumento deve-se ao ingresso de recursos oriundos da parcela da CPMF vinculada à Previdência, que atingiu o montante de R\$ 2,2 bilhões nesses primeiros quatro meses de 2000.

Medidas que afetam diretamente as contribuições correntes, como a sub-rogação e o recolhimento de contribuições feito pela Justiça do Trabalho, estão gerando impactos positivos na arrecadação.

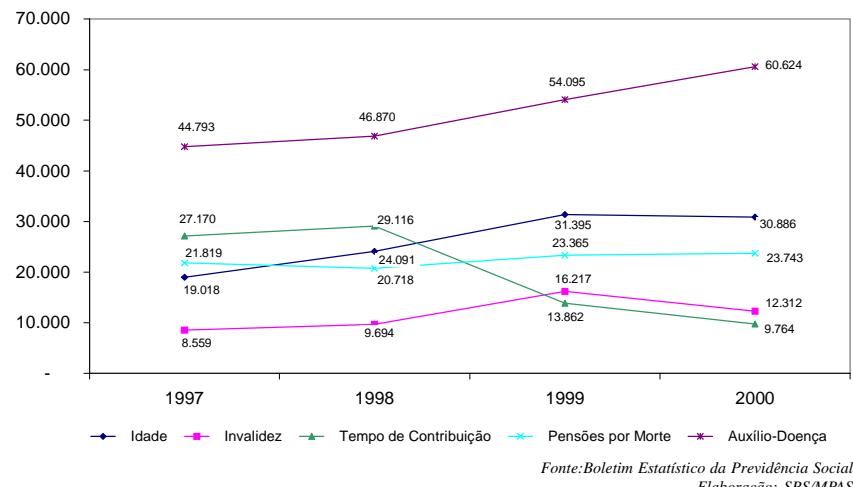
Despesas

No mês de abril de 2000 a Previdência gastou R\$ 4,81 bilhões com benefícios previdenciários. Em relação ao mês de março passado, houve um aumento de 0,5%, e de 4,9% em relação a abril do ano passado.

A concessão de benefícios previdenciários neste 1º quadrimestre de 2000 apresentou um crescimento de 23,5% em comparação ao mesmo período do ano de 1999, como pode ser visto na tabela 1. Muito embora este número seja significativo, esta variação pode ser explicada quase que totalmente pela substancial elevação da concessão do salário maternidade, que em comparação com o 1º quadrimestre do ano anterior teve um acréscimo de 151 mil concessões no período. Descontado este fator, as aposentadorias apresentaram queda na concessão de 13,8% na comparação dos períodos, sendo 29,6% para as aposentadorias por tempo de contribuição

- ATC, 24,1% para aposentadoria por invalidez e 1,6% para a aposentadoria por idade. As principais elevações, por sua vez, foram de 1,6% para as pensões, 12,1% para o auxílio-doença e, em destaque, 257,7% para o salário-maternidade.

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social 1997-2000 (Média de Janeiro a Abril)



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

TABELA 1
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social 1997-00 (Acumulado Janeiro a Abril)

	Acum. Janeiro a Abril				Var. entre os períodos (%)		
	1997	1998	1999	2000	98/97	99/98	00/99
TOTAL	724.815	689.415	744.328	886.562	-4,9	8,0	19,1
PREVIDENCIÁRIOS	519.113	563.824	615.545	760.066	8,6	9,2	23,5
Aposentadorias	218.985	251.600	245.898	211.846	14,9	-2,3	-13,8
Idade	76.071	96.364	125.580	123.544	26,7	30,3	-1,6
Invalidez	34.234	38.774	64.869	49.246	13,3	67,3	-24,1
Tempo de Contribuição	108.680	116.462	55.449	39.056	7,2	-52,4	-29,6
Pensão por Morte	87.274	82.871	93.460	94.971	-5,0	12,8	1,6
Auxílio-Doença	179.171	187.480	216.379	242.495	4,6	15,4	12,1
Salário-Maternidade	32.362	40.607	58.526	209.355	25,5	44,1	257,7
Outros	1.321	1.266	1.282	1.399	-4,2	1,3	9,1
ACIDENTÁRIOS	59.045	54.946	55.168	55.874	-6,9	0,4	1,3
ASSISTENCIAIS	146.657	70.645	73.615	70.622	-51,8	4,2	-4,1
Amparos Assistenciais - LOAS	144.018	69.053	72.897	70.158	-52,1	5,6	-3,8
Idoso	14.877	29.588	37.683	35.628	98,9	27,4	-5,5
Portador de Deficiência	129.141	39.465	35.214	34.530	-69,4	-10,8	-1,9
Pensões Mensais Vitalícias	769	744	192	230	-3,3	-74,2	19,8
Rendas Mensais Vitalícias	1.870	848	526	234	-54,7	-38,0	-55,5
Idade	540	194	126	32	-64,1	-35,1	-74,6
Invalidez	1.330	654	400	202	-50,8	-38,8	-49,5

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS



Grande parte das variações nas concessões pode ser explicada pelas recentes modificações na legislação – Emenda Constitucional nº 20 de 1998 e Lei nº 9.876/99. Em verdade, o período pré-reformas estimulou um grande fluxo de aposentadorias, pois os segurados desejaram aproveitar seus direitos adquiridos frente às incertezas do futuro. Após esta fase inicial, contudo, as concessões estão voltando ao seu patamar normal. Os direitos adquiridos e expectativas de direito foram amparadas pela reforma e não há motivos demográficos ou de mercado de trabalho para que ocorra novo afluxo de concessões em número substancialmente maior do que vem ocorrendo.

Com a ampliação da cobertura do salário-maternidade às trabalhadoras autônomas e empresárias, 4.844 mulheres já foram beneficiadas neste 1º quadrimestre de 2000.

O comportamento do **salário-maternidade**, por sua vez, deve-se às mudanças ocorridas a partir de novembro do ano passado, pois foi possibilitado às contribuintes individuais receberem o benefício, o que não ocorria antes, e, principalmente, à alteração da sistemática de concessão, sendo o INSS o responsável por ela e não mais as empresas. Esta última modificação acarreta efeitos contábeis, pois quanto ao aspecto financeiro a mudança foi neutra para o INSS, já que na sistemática anterior as concessões feitas pelas empresas eram descontadas no total das contribuições. Como pode ser visto na tabela 2, 4.844 contribuintes individuais e seguradas facultativas foram favorecidas no quadrimestre com a concessão dos benefícios – o que antes da Lei 9.876/99 não era possível. No mesmo período, 99.275 seguradas empregadas passaram a receber o benefício diretamente do INSS, e não mais das empresas em que trabalham.

TABELA 2
Quantidade de Salários-Maternidade
Concedidos pela Previdência Social - 1º Quadrimestre de 2000

Forma de Filiação	Acum. 1º Quadrimestre	%
Categorias Cobertas antes da Lei nº 9.876/99 (a)	204.511	97,7
Empregada de Empresa	99.275	47,4
Trabalhadora Avulsa	35	0,0
Empregada Doméstica	23.994	11,5
Segurada Especial	81.207	38,8
Categorias Cobertas a partir da Lei 9.876/99 (b)	4.844	2,3
Segurada Facultativa	467	0,2
Contribuinte Individual (1)	4.377	2,1
TOTAL (a+b)	209.355	100,0

Fonte: DATAPREV; SUB

Elaboração: SPS/MPAS

(1) Empresárias, autônomas e equiparadas

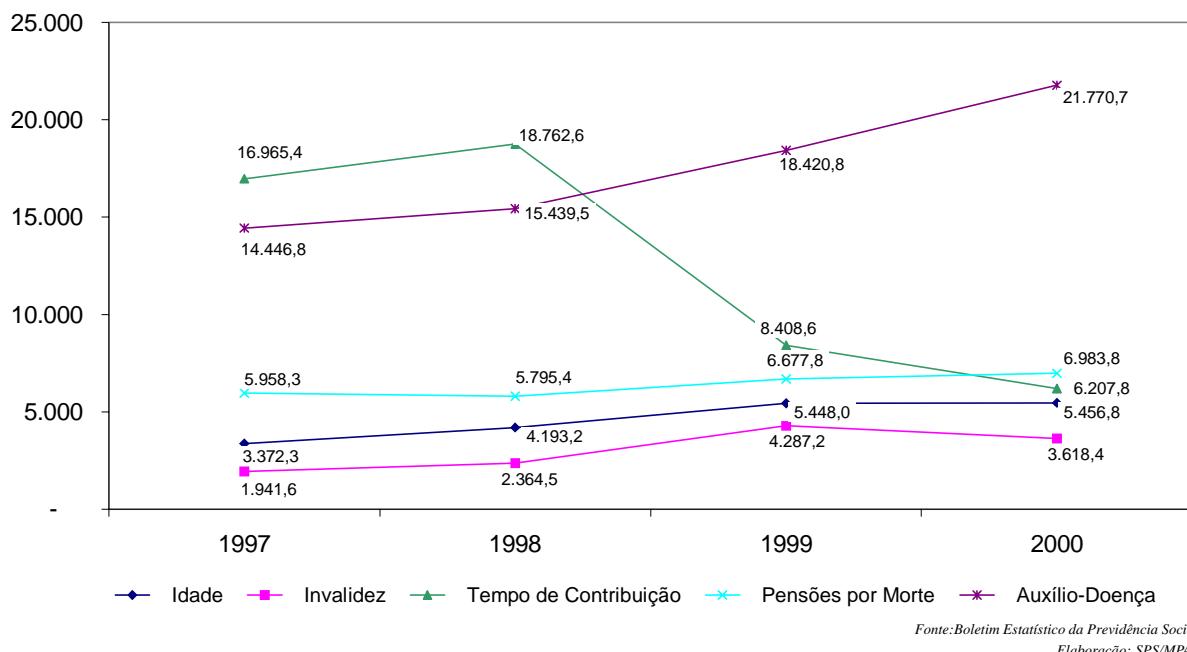
Obs. Dados preliminares.

Quanto ao auxílio-doença, não há mudanças legislativas ou administrativas nos últimos anos que tenham afetado a sistemática de sua concessão. Da mesma forma, não parece crível ter havido uma piora nas condições laborais dos segurados do INSS que levassem a um aumento na demanda do benefício. Assim, este fenômeno precisa ser melhor investigado, apontando uma linha de ação gerencial para a administração do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

O gráfico 4 apresenta a evolução da despesa média com benefícios concedidos nos 1^{os} quadrimestres a partir de 1997. Conforme se constata, a evolução das despesas é compatível

com o comportamento do número de concessões. Contudo, em todos os benefícios analisados, o movimento das despesas na comparação 1999/2000 é de uma menor queda, como na ATC e aposentadoria por invalidez, ou uma maior elevação, como no auxílio-doença e pensão por morte. A aposentadoria por idade, que apresentou queda no número de concessões, apresentou uma elevação de 0,2% na despesa. Tal fato deve-se, exclusivamente, à elevação do valor médio real dos benefícios concedidos nos períodos. De fato, a elevação do valor médio total dos benefícios previdenciários concedidos foi de 5,7%, tendo todos os benefícios apresentado aumento. A explicação para o fenômeno reside no aumento do salário mínimo, pois até abril de 1999 vigia o salário mínimo de R\$ 130, e também à nova fórmula de cálculo do salário de benefício, instituída pela Lei nº 9.876/99, que tem corrigido os salários de contribuição acima da inflação apontada para os índices de preço ao consumidor.

GRÁFICO 4
Evolução da Despesa com Benefícios Concedidos
pela Previdência Social 1997-2000 (Média de Janeiro a Abril)
- Valores em R\$ mil de abr/00 (INPC) -



Quanto ao estoque, em abril de 2000 a Previdência Social pagou 19,1 milhões de benefícios, sendo 16,5 milhões benefícios previdenciários, 2,0 milhões de assistenciais e 657 mil benefícios accidentários.

Na comparação da média da emissão entre os primeiros quadrimestres dos anos de 1999 e 2000, como pode ser visto na tabela 3, praticamente todos os benefícios apresentaram aumento – os benefícios previdenciários elevaram-se 3,5% no total. Neste aspecto o auxílio-doença merece destaque por estar apresentando um decréscimo de 6,4%. Apesar das suas concessões apresentarem comportamento crescente – 12,1% na comparação dos primeiros quadrimestres de 1999 e 2000 – o seu número de emissões vem caindo. Isto se deve, basicamente, à reavaliação dos auxílios-doença de longa duração efetuada pelo INSS a partir de 1999. Esta medida contribuiu para a conversão de muitos auxílios, que já eram pagos há vários anos, em aposentadorias por invalidez ou simplesmente na cessação do benefício, conforme o caso.



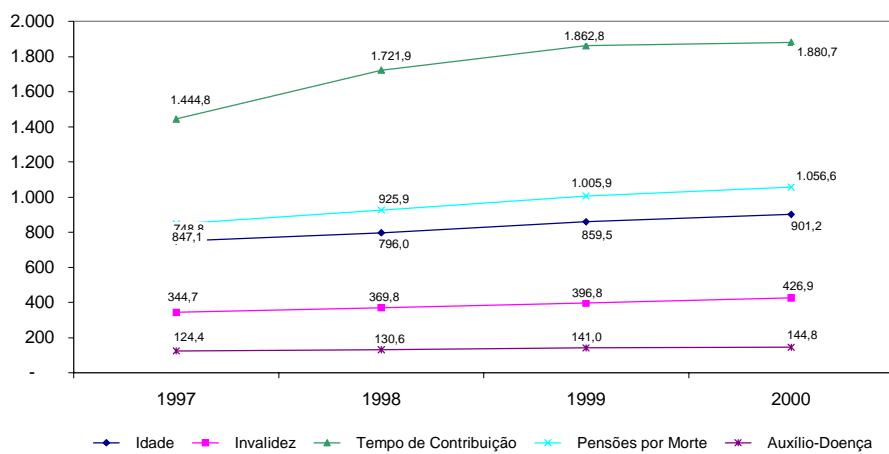
TABELA 3

**Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1997-00 (Média Mensal entre Janeiro a Abril)**

	Média entre Janeiro e Abril				Var. entre os períodos (%)		
	1997	1998	1999	2000	98/97	99/98	00/99
TOTAL	16.664.013	17.630.630	18.290.222	18.960.165	5,8	3,7	3,7
PREVIDENCIÁRIOS	14.510.498	15.295.963	15.802.919	16.352.444	5,4	3,3	3,5
Aposentadorias	9.522.974	10.114.581	10.524.498	10.910.605	6,2	4,1	3,7
Idade	4.851.267	4.976.522	5.187.061	5.404.598	2,6	4,2	4,2
Invalidez	2.034.729	2.077.782	2.126.592	2.211.967	2,1	2,3	4,0
Tempo de Contribuição	2.636.979	3.060.277	3.210.845	3.294.041	16,1	4,9	2,6
Pensão por Morte	4.420.491	4.635.556	4.742.624	4.899.410	4,9	2,3	3,3
Auxílio-Doença	525.692	502.308	488.810	457.502	-4,4	-2,7	-6,4
Salário-Maternidade	20.284	25.939	33.190	70.971	27,9	28,0	113,8
Outros	21.057	17.579	13.798	13.956	-16,5	-21,5	1,1
ACIDENTÁRIOS	596.793	625.150	641.294	654.887	4,8	2,6	2,1
ASSISTENCIAIS	1.556.723	1.709.517	1.846.009	1.952.835	9,8	8,0	5,8
Amparos Assistenciais - LOAS	430.467	664.493	882.224	1.064.595	54,4	32,8	20,7
Idoso	50.069	97.861	225.516	329.102	95,5	130,4	45,9
Portador de Deficiência	380.398	566.631	656.708	735.494	49,0	15,9	12,0
Pensões Mensais Vitalícias	15.562	18.564	19.078	19.108	19,3	2,8	0,2
Rendas Mensais Vitalícias	1.110.694	1.026.461	944.707	869.131	-7,6	-8,0	-8,0
Idade	451.152	408.030	367.041	329.974	-9,6	-10,0	-10,1
Invalidez	659.542	618.431	577.667	539.157	-6,2	-6,6	-6,7

Fonte:Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

**Evolução da Despesa com Benefícios Emitidos
pela Previdência Social 1997-2000 (Média de Janeiro a Abril)
- Valores em R\$ milhões de abr/00 (INPC) -**



Quanto à despesa, o gasto total com benefícios cresceu 3,8% na comparação dos primeiros quadrimestres de 1999 e 2000, tendo a despesa com benefícios previdenciários crescido 3,7% entre os períodos. A emissão de benefícios vem crescendo, mas com taxas menores em relação a períodos anteriores – implicação lógica da normalização do fluxo de entrada de novos beneficiários no sistema, via concessões. As únicas exceções são o salário-maternidade e a aposentadoria por invalidez, que apresentaram taxas crescentes pelos motivos já citados: modificações legislativas e gerenciais a partir de

1999. Cabe destacar que o gasto com as ATC foi a que menos cresceu, apenas 1%, sendo o salário-maternidade o maior em aumento, 289,8%, evidentemente em virtude da base de comparação bastante reprimida do ano de 1999.



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2000 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. 2000
1. SALDO INICIAL	968.405	1.389.387	1.202.956	1.227.158	-	-	-	-	-	-	-	-	968.405
2. RECEBIMENTOS	6.140.450	5.328.386	5.526.624	5.518.087	-	-	-	-	-	-	-	-	22.543.748
2.1. ARRECADAÇÃO	4.380.848	4.422.703	4.589.106	4.429.668	-	-	-	-	-	-	-	-	17.822.255
- Arrecadação Bancária	4.157.115	4.191.032	4.168.719	4.204.588	-	-	-	-	-	-	-	-	16.721.455
- SIMPLES ⁽¹⁾	181.250	133.751	141.308	147.428	-	-	-	-	-	-	-	-	603.737
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	-	-	347	59	-	-	-	-	-	-	-	-	406
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	3.874	4.047	-	-	3.388	-	-	-	-	-	-	-	11.309
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	3.119	2.127	3.687	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.943
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	-	-	30.986	21.301	-	-	-	-	-	-	-	-	52.297
- Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	417.15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	417.15
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	-	-	-	-	255.472	65.024	-	-	-	-	-	-	421.420
- Restituições de Arrecadação	(5.403)	(10.349)	(11.145)	(12.162)	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.057)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	3.312	3.216	3.054	3.145	-	-	-	-	-	-	-	-	12.727
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	32.928	8.664	14.107	11.018	-	-	-	-	-	-	-	-	66.118
2.4. ANTICIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	448.231	(109.840)	(329.579)	(22.272)	-	-	-	-	-	-	-	-	21.084
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.275.131	1.003.842	1.279.937	1.062.082	-	-	-	-	-	-	-	-	4.620.983
- Recursos Ordinários	18.648	57.778	132.487	16.845	-	-	-	-	-	-	-	-	172.557
- COFINS	431.555	178.062	255.044	226.26	-	-	-	-	-	-	-	-	1.091.086
- COFINSLAS	144.495	145.775	149.983	147.946	-	-	-	-	-	-	-	-	588.779
- COFINS/FEU	60.179	58.066	58.397	57.365	-	-	-	-	-	-	-	-	234.007
- Desvinc. de Impostos e Contribuições	70.255	64.224	134.148	63.700	-	-	-	-	-	-	-	-	333.327
- Contrib. Previdenciária e Mov. Financeira - CFMF	560.000	551.337	560.000	550.000	-	-	-	-	-	-	-	-	2.201.937
3. PAGAMENTOS	5.719.488	5.516.017	5.520.423	5.533.887	-	-	-	-	-	-	-	-	22.300.958
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.242.879	5.217.095	5.269.295	5.251.300	-	-	-	-	-	-	-	-	20.980.537
3.1.1. BENEFÍCIOS	4.875.804	4.874.471	4.987.346	5.018.257	-	-	-	-	-	-	-	-	19.756.778
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁹⁾	4.671.144	4.670.670	4.761.335	4.810.728	-	-	-	-	-	-	-	-	18.933.278
- Benefícios Provisionados	4.705.889	4.715.449	4.792.493	4.828.902	-	-	-	-	-	-	-	-	19.042.734
- Devolução de Benefícios	(34.745)	(44.770)	(11.158)	(18.174)	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.856)
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	294.660	203.809	206.010	207.529	-	-	-	-	-	-	-	-	822.000
3.1.2.1. EPF T.N.	60.179	144.481	145.735	147.978	149.983	-	-	-	-	-	-	-	234.007
3.1.2.2. LOAS	256.788	131.053	163.581	187.465	-	-	-	-	-	-	-	-	587.993
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	110.286	130.671	98.327	95.578	-	-	-	-	-	-	-	-	385.163
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	476.589	297.022	263.158	282.587	-	-	-	-	-	-	-	-	1.320.257
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	3.904.258	4.324.587	4.324.948	4.346.080	-	-	-	-	-	-	-	-	16.501.968
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(766.888)	(545.389)	(485.387)	(663.347)	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.431.910)
6. SALDO ARREC. LIQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(971.546)	(749.980)	(661.388)	(871.276)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.253.910)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	420.982	(186.431)	24.202	(15.900)	-	-	-	-	-	-	-	-	249.953
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾	1.389.387	1.202.956	1.227.158	1.211.558	-	-	-	-	-	-	-	-	1.227.158

Fonte: CGF/INSS.
Elaboração: CGEP/SPS.

Obs.: Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

* Os dados de janeiro a março de 2000 foram revisados.

(1) Contribuição previdenciária arrependida e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (Lei nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Em fev/00, quitação de dívidas da Fundação IBGE.

(7) Retenção de parcela de crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.099/95).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Reais pagamentos realizados a avós, netos e pensionistas do INSS.

(11) Reais as despesas operacionais constituintes nas seguintes contas: Serviços de Perceitos, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASPER e Diversos.

(12) Reais recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: INCA, DPC/FDPEP, Martino, SDR/MARIA, SENAI, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Abril de 2000 (R\$ mil de abr/00 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Abr/99	Mar/00	Abr/00	Var. III/II	Var. III/I	Acum. Jan. a Abr./99	Acum. Jan. a Abr./00	Var. Acum. V/IV
	I	II	III	Em %	Em %	IV	V	Em %
1. SALDO INICIAL	290.086	1.204.039	1.227.158	1,9	323,0	505.264	971.022	92,2
2. RECEBIMENTOS	5.312.687	5.561.625	5.518.087	(0,8)	3,9	21.514.591	22.577.071	4,9
2.1. ARRECADAÇÃO								
- Arrecadação Bancária	4.322.309	4.593.236	4.429.568	(3,6)	2,5	16.961.970	17.847.929	5,2
- SIMPLES ⁽¹⁾	4.042.007	4.172.471	4.204.588	0,8	4,0	16.145.552	16.745.665	3,7
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	126.315	141.435	147.428	4,2	16,7	485.141	604.648	24,6
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	-	59	-	(100,0)	-	-	407	-
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	116.865	3.700	-	(100,0)	(100,0)	116.865	8.960	(92,3)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	-	31.024	21.301	-	-	-	52.325	-
- Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	-	41.807	-
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	42.071	255.702	65.024	(74,6)	54,6	229.928	421.893	83,5
- Restituições de Arrecadação	(4.948)	(11.155)	(12.162)	9,0	145,8	(15.515)	(39.105)	152,0
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	5.850	3.057	3.145	2,9	(46,2)	22.373	12.746	(43,0)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	21.450	14.119	11.020	(22,0)	(48,6)	74.176	66.839	(9,9)
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	257.211	(329.876)	12.272	(103,7)	(95,2)	1.811.593	21.757	(98,8)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	705.867	1.281.089	1.062.082	(17,1)	50,5	2.644.478	4.627.800	75,0
- Recursos Ordinários	17.839	132.606	16.645	(87,4)	(6,7)	323.713	173.739	(46,3)
- COFINS	382.632	255.273	226.426	(11,3)	(40,8)	1.118.622	1.092.874	(2,3)
- COFINS/LOAS	134.263	149.998	147.946	(1,4)	10,2	497.701	588.925	18,3
- COFINS/EPU	-	58.449	57.365	(1,9)	-	-	234.350	-
- Fundo de Estabilização Fiscal	80.032	-	-	(100,0)	-	371.902	-	(100,0)
- Fundo de Estabilização Fiscal/EPU	60.191	-	-	(100,0)	-	251.265	-	(100,0)
- Desvinc. de Impostos e Contribuições	-	134.268	63.700	(52,6)	-	-	332.779	-
- Contrib. social sobre lucro	30.910	-	-	(100,0)	-	81.275	-	(100,0)
- CPMF	-	550.495	550.000	(0,1)	-	-	2.205.134	-
3. PAGAMENTOS	5.339.120	5.537.402	5.533.887	(0,1)	3,6	21.747.590	22.333.369	2,7
3.1. PAGAMENTOS INSS	5.067.543	5.274.007	5.251.300	(0,4)	3,6	20.559.332	21.010.931	2,2
3.1.1. BENEFÍCIOS								
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁹⁾	4.783.084	4.991.834	5.018.257	0,5	4,9	19.218.416	19.784.271	2,9
- Benefícios Provisionados	4.586.509	4.785.638	4.810.728	0,5	4,9	18.459.016	18.961.084	2,7
- Devolução de Benefícios	4.600.756	4.796.806	4.828.902	0,7	5,0	18.561.864	19.070.143	2,7
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	(14.247)	(11.168)	(18.174)	62,7	27,6	(102.848)	(109.059)	6,0
3.1.2.1. EPU T.N.	196.575	206.196	207.529	0,6	5,6	759.400	823.187	8,4
3.1.2.2. LOAS	62.525	58.084	57.730	(0,6)	(7,7)	261.975	234.349	(10,5)
3.1.2. PESSOAL ⁽¹⁰⁾	134.050	148.112	149.799	1,1	11,7	497.426	588.838	18,4
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹¹⁾	220.142	183.757	187.465	2,0	(14,8)	774.007	840.822	8,6
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹²⁾	64.317	98.416	45.578	(53,7)	(29,1)	566.909	385.838	(31,9)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.3)	4.050.733	4.329.841	4.146.980	(4,2)	2,4	15.773.713	16.525.491	4,8
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1.1)	(535.776)	(455.797)	(663.747)	45,6	23,9	(2.685.303)	(2.435.593)	(9,3)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(732.351)	(661.993)	(871.276)	31,6	19,0	(3.444.703)	(3.258.780)	(5,4)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(26.432)	24.223	(15.800)	(165,2)	(40,2)	(232.999)	243.702	(204,6)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹³⁾	263.654	1.228.262	1.211.358	(1,4)	359,5	263.654	1.211.358	359,5

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

* Os dados de janeiro a março de 2000 foram revistos.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Em fev/00, quitação de dívidas da Fundação IBGE.

(7) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(10) Reunião pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(11) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(12) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: FNDE (sálario educação), INCRA, DPC/FDPEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(13) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de abr/00 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em R\$ milhões de abril/00 - INPC	
					Relação %	Saldo
					E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de abril do ano correspondente, a preços de abril/00 (INPC)						
1990	11.141	647	10.494	6.089	58	4.405
1991	11.736	713	11.023	7.246	66	3.776
1992	11.149	665	10.484	6.716	64	3.768
1993	12.299	904	11.395	10.392	91	1.003
1994	10.834	835	9.999	9.618	96	382
1995	14.750	1.293	13.457	12.230	91	1.227
1996	15.306	1.260	14.046	14.612	104	(566)
1997	16.869	1.264	15.605	15.583	100	23
1998	16.917	1.118	15.799	17.485	111	(1.686)
1999	16.962	1.188	15.774	18.459	117	(2.685)
2000	17.848	1.322	16.525	18.961	115	(2.436)
Abr/98	4.270	433	3.836	4.356	114	(519)
Mai/98	4.207	102	4.105	4.327	105	(222)
Jun/98	4.299	293	4.007	4.460	111	(453)
Jul/98	4.304	479	3.825	4.635	121	(810)
Ago/98	4.302	121	4.181	4.668	112	(486)
Set/98	4.288	316	3.972	4.727	119	(755)
Out/98	4.488	481	4.007	4.749	119	(742)
Nov/98	4.169	442	3.727	5.235	140	(1.508)
Dez/98	7.984	482	7.502	8.623	115	(1.121)
Jan/99	4.278	340	3.938	4.696	119	(758)
Fev/99	4.148	300	3.848	4.588	119	(739)
Mar/99	4.214	277	3.937	4.589	117	(652)
Abr/99	4.322	272	4.051	4.587	113	(536)
Mai/99	4.244	278	3.966	4.619	116	(653)
Jun/99	4.335	273	4.061	4.679	115	(618)
Jul/99	4.386	289	4.096	4.842	118	(745)
Ago/99	4.338	248	4.090	4.805	117	(715)
Set/99	4.333	278	4.054	4.790	118	(735)
Out/99	4.319	318	4.001	4.845	121	(843)
Nov/99	4.296	299	3.997	5.238	131	(1.241)
Dez/99	7.795	276	7.519	8.760	117	(1.241)
Jan/00	4.393	478	3.915	4.684	120	(769)
Fev/00	4.432	299	4.134	4.681	113	(547)
Mar/00	4.593	263	4.330	4.786	111	(456)
Abr/00	4.430	283	4.147	4.811	116	(664)

Fonte: CGF/INSS:

Elaboração: CGEP/SPS

* Os dados de janeiro a março de 2000 foram revistos.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

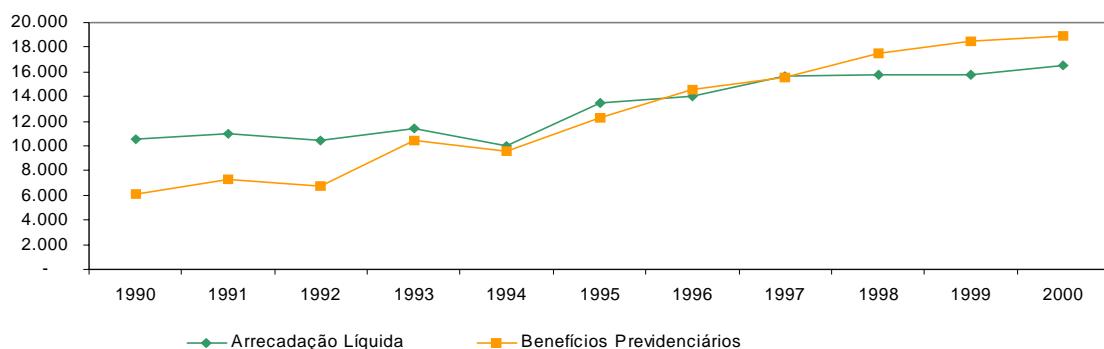
(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios
(acumulados até o mês de abril de cada ano, em R\$ milhões de abril/00 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5266/317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@mpas.gov.br
70059-900 – Brasília-DF

DESTINATÁRIO



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO